

A pesquisa antropológica sobre comunidades afetadas por grandes empreendimentos estatais tem uma antiga tradição no Brasil, gerando um importante conhecimento que é referência básica ao estudo de acompanhamento do impacto gerado pela execução de tais obras. Desde a Constituição Federal de 1988 exige-se das instituições representativas do Estado brasileiro que estejam atentas à execução de medidas voltadas ao reconhecimento dos direitos diferenciados de tais grupos. O presente projeto, compreendem dois estudos de caso, o primeiro, o acompanhamento da execução de medidas compensatórias pelo impacto gerado pelas obras de duplicação da BR 101 sobre a comunidade quilombola de Morro Alto; e o segundo sobre o estudo do estabelecimento de um grupo Kaingang em uma área da universidade federal do Rio Grande do sul. Em ambos a questão central é a fundiária. Desse modo o projeto envolve diferentes setores do estado empreendimentos coordenados pelo setor privado, as próprias populações atingidas e o poder judiciário. O papel do conhecimento acadêmico no processo de interação entre esses diferentes agentes está em construção. As formas mais recorrentes do papel da universidade tem se dado por forma da elaboração de laudos antropológicos, mas recentemente tem se intensificado e alterado-se esta situação na condição de agentes efetivos e diretamente envolvidos nas ações realizadas nessas comunidades, por exemplo coordenando a aplicação de medidas compensatórias.